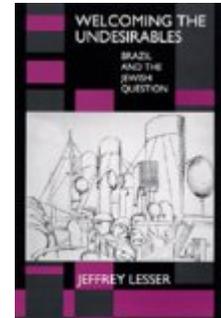


Jeff Lesser. *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question.* Berkeley: University of California Press, 1995. \$26.95, paper, ISBN 978-0-520-08413-1.



Reviewed by Rene Decol

Published on H-LatAm (July, 1996)

[Portuguese edition: Jeffrey Lesser, *O Brasil e a Questão Judaica: Imigração, Diplomacia, e Preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 372 pp. Tables, appendix, notes, bibliography, and index. R\$21 (c. US \$20)(paper).]

A imagem do Brasil como uma pretensa democracia racial surgiu na década de 1950, quando o país precisava projetar uma imagem simpática para conquistar um lugar de maior destaque junto ao concerto das nações. Terminara a Segunda Guerra Mundial, os brasileiros haviam lutado junto com as tropas aliadas na Europa, e o Brasil era visto pelos Estados Unidos como um potencial parceiro estratégico no cone sul para sua geopolítica mundial.

A ideia de democracia racial vinha a calhar: por um lado, o país projetaria assim uma dimensão democrática, talvez apagando os resquícios ainda recentes da ditadura de orientação fascista do Estado Novo; depois, sua população, formada ao longo de quatro séculos de colonização, era um melting pot de portugueses, negros e índios, e que, recentemente, recebera ainda um novo e poderoso influxo de imigrantes europeus e asiáticos.

Nada melhor, portanto, do que projetar para o mundo a imagem de uma nação onde diferentes raças e etnias conviviam harmoniosamente.

Com o mito da democracia racial, Getúlio procurava neutralizar a força das ideias racistas que, no começo do século, tiveram enorme repercussão no Brasil. Ideias racistas, derivadas de concepções provenientes do Darwinismo social ensinado nas escolas de Direito, foram difundidas pela elite branca brasileira, e haviam quase chegado a colocar o país sob o signo do apartheid.[1] A nova imagem da democracia racial varria o passado sombrio para debaixo do tapete.

Sabe-se agora que o mito serviria, também, para apagar o passado de políticas racistas e anti-semitas do próprio Getúlio Vargas. Desde o início da década de 30, o Estado Novo, o regime autoritário liderado por Vargas, fora presa fácil da propaganda hitlerista, e adotara a retórica anti-semita, passando a ver com crescente hostilidade a presença de uma pequena comunidade judaica que começara a se instalar no país a partir do começo do século. Com Getúlio no poder, sentimentos anti-semitas cresceram e foram cuidadosa-

mente nutridos nas esferas mais altas da burocracia governamental brasileira.

A revelação veio a tona em um punhado de livros recém-publicados, entre os quais destaca-se o trabalho pioneiro de Maria Luiza Tucci Carneiro, *Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)* e, mais recentemente, o de Jeffrey Lesser, *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. [2] O trabalho de Lesser, publicado no ano passado, aprofundou a pesquisa iniciada por Tucci Carneiro, ao pesquisar não apenas arquivos e documentos brasileiros mas também fontes internacionais. Os judeus que vieram para o Brasil a partir de fins do século passado eram provenientes de mais de uma dezena de nações espalhadas pelo mundo. Para confrontar dados e fontes, o autor pesquisou em dezenas de arquivos, de diversos países.

A partir da chegada ao poder de Getúlio, em 1930, o aparelho de estado brasileiro passou a preocupar-se com a presença judaica no país, tendo no início tomado medidas informais para restringir a sua entrada e a permanência. A situação cada vez mais dramática dos judeus na Europa fazia com que organismos internacionais de ajuda, além dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, procurassem pressionar o Brasil para que este admitisse, por razões humanitárias, o ingresso de pelo menos alguns grupos de refugiados. Organizações comunitárias judaicas ainda em estado embrionário no Brasil também procuravam influir junto ao governo brasileiro. Nada disso adiantou. A chegada de judeus ao Brasil era fato explorado por políticos e intelectuais oportunistas, que brandiam o fantasma de uma avalanche de refugiados, fugidos da Europa, roubando empregos e oportunidades de brasileiros nativos. No parlamento e na imprensa, discursos inflamados alardeavam a presença de centenas de milhares de judeus recém-chegados da Europa.

A questão foi tão explorada, e a preocupação do governo brasileiro tornou-se tamanha, que o recenseamento populacional de 1940 (por uma

dessas ironias da história, organizado por Giorgio Mortara, um estatístico judeu italiano que se refugiara no Brasil fugindo de Mussolini, e que fora convidado para dirigir o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o órgão responsável pela elaboração de estatísticas populacionais) incluiu especialmente uma pergunta sobre religião, visando dimensionar o tamanho real da comunidade judaica no Brasil. Alguns oportunistas alardeavam que a população judaica no país já ultrapassava a casa dos 200 mil. Quando os números foram revelados, descobriu-se que os imigrantes judeus não passavam de 50 mil, um número insignificante se comparado ao total da população brasileira, que ultrapassara então a marca de 41 milhões de habitantes.

Lesser, professor de história do Connecticut College, fez um estudo amplo, minucioso e bem documentado, mostrando em detalhes as políticas discriminatórias elaboradas e postas em prática na Era Vargas. Para isso, o autor fez um levantamento exaustivo de arquivos particulares e públicos. Pesquisou em dezenas de arquivos judaicos de Londres, Berlim, e Jerusalém, entre outros, além de entrar a fundo nos documentos oficiais da burocracia governamental da Era Vargas.

Antes de entrar propriamente na questão judaica durante o governo Vargas, seu principal assunto, Lesser teve de reconstituir a história da imigração judaica para o Brasil, partindo praticamente do zero. A imigração judaica para este país começou em fins do século passado e ganhou forte impulso a partir dos anos 20; embora tenha se consolidado e florescido (atualmente há cerca de 90 mil judeus vivendo no Brasil), sua história ainda está para ser contada. Boa parte da historiografia sobre o assunto é formada por contribuições de cronistas amadores. Só agora, pesquisadores e acadêmicos, munidos de instrumentos profissionais de análise, começaram a se debruçar mais seriamente sobre o assunto.

Consultando diversas fontes de dados, Lesser conseguiu fazer um excelente trabalho no que se

refere *A questAo judaica* durante a Era Vargas, ampliando e dando uma nova dimensAo ao trabalho pioneiro de Tucci Carneiro. AlEm disso, ele foi muito bem sucedido ao reunir um conjunto de informaCOes histOricas, econOmicas, e sociais sobre a histOria dos judeus no Brasil, e colocA-las numa perspectiva crItica, dando um passo fundamental para o conhecimento da histOria dos judeus-brasileiros, e de sua relaCAo com a polItica, a sociedade e a histOria do Brasil. Finalmente, Lesser utilizou de forma adequada as informaCOes demogrAficas que encontrou, jogando um pouco de luz sobre um aspecto da imigraCAo judaica para este paIs que ainda foi muito mal estudado.

Lesser relembra os principais momentos desta histOria, cobrindo o perIodo que vai da dEcada de 20 atE o final dos anos 40, um perIodo em que concentrou-se o grosso da imigraCAo judaica para o Brasil. AtE os anos 20, a maior parte dos judeus que deixava a Europa se dirigia para os Estados Unidos, para o CanadA ou para a Argentina. A imposiCAo de cotas restritivas para imigrantes nesses paIses obrigou-os a adotar um novo destino. O Brasil, que em muitos casos era uma parada obrigatOria no trajeto dos navios que se dirigiam A Argentina, tornou-se assim uma alternativa natural de refUgio.

O Brasil no inCio da dEcada de 20 ainda era um gigante adormecido. A maior parte do seu territOrio permanecia desabitado, com o grosso da populaCAo vivendo no campo. A populaCAo urbana se concentrava numa estreita faixa litorAnea, que se estendia do Nordeste ao Rio Grande do Sul, e penetrava pelo interior apenas nas regiOes de colonizaCAo mais antiga, como Minas Gerais e SAo Paulo. A maior parte da energia despendida pelos brasileiros se dirigia A agricultura. O cafE era o maior item de exportaCAo do paIs, e essa atividade constituIa o motor de toda sua economia.

O paIs foi o Ultimo no mundo a abolir a escravidAo, e atE 1890 o cultivo do cafE era feito com a mAo de obra de escravos negros. Com o fim da es-

cravidAo, os negros foram substituIdos pela mAo de obra de imigrantes europeus e asiAticos. Desde o final do sEculo passado, a entrada de imigrantes no paIs constituIra um fator de dinamizaCAo econOmica e cultural.

Lesser mostra que, a partir da chegada dos primeiros grupos de judeus ao Brasil, construiu-se aqui um sistema comunitArio que, ao mesmo tempo em que estimulava a vida de novos grupos, procurava orientar os que chegavam. A troca de informaCOes entre Brasil e Europa, espalhando a notIcia da boa acolhida numa terra sobre a qual atE entAo nada se sabia, gerou um fluxo migratOrio que intensificou-se fortemente a partir dos anos 20. "A medida em que os judeus prosperavam em pequenas e grandes cidades espalhadas pelos estados do Rio Grande do Sul, SAo Paulo e Parana", escreve Lesser, "eles enviavam uma nova mensagem para a Europa. O Brasil nAo era mais a 'land fun di malphes' (terra dos macacos), mas uma terra de prosperidade e poucos conflitos religiosos. O substancial crescimento econOmico e industrial ocorrido apOs a Primeira Guerra Mundial gerava empregos e, para os judeus que encontravam restriCOes economicas no Leste europeu, a economia brasileira em desenvolvimento funcionava como um imA" (pp. 60-61).

A desestabilizaCAo das pequenas comunidades do leste europeu, a eclosAo do anti-semitismo na Alemanha, e depois a Segunda Guerra Mundial, alimentaram ainda mais este fluxo. A partir da chegada de GetUlho ao poder, porEm, cIrculos de intelectuais de orientaCAo fascista passaram a apontar na chegada dos judeus um perigoso fator de desestabilizaCAo da sociedade brasileira.

Lesser mostra como a *questAo judaica* foi tomando corpo, atravEs da propaganda de intelectuais fascistas, das discussOes que se desenrolavam sobre o assunto no parlamento, do debate atravEs dos jornais. E de como o sentimento anti-semita foi se espalhando nos bastidores da burocracia governamental.

O Apice desse movimento foi a assinatura, pelo prOprio GetUlio, em 7 de junho de 1937, da Circular Secreta 1.127, uma lei proibindo a emissAo de vistos para pessoas de "origem semItica" (o eufemismo usado para judeus).

Por que os judeus, que constituAm uma pequena parcela das grandes levas de imigrantes vindos da Europa e do Oriente MEdio, causavam tamanha consternaCAo a ponto de serem praticamente proibidos de entrar no Brasil?, pergunta Lesser. "E por que, apenas um ano apOs a proibiCAo, mais judeus entraram no Brasil legalmente do que em qualquer perIodo das duas dEcadas anteriores? A resposta a essas perguntas envolvia uma mudanCa na forma como um pequeno mas extraordinariamente influente grupo de intelectuais e polIticos encarava a identidade nacional brasileira e o papel que os imigrantes, e portanto residentes e cidadAos potenciais, desempenhariam em sua formaCAo. Este grupo representava uma nova geraCAo na polItica brasileira, cuja influEnCIA havia sido formalizada em 1930, apOs o golpe liderado por GetUlio Vargas. Embora a ideologia geral do grupo variasse da extrema direita A extrema esquerda, quase todos concordavam com a concepCAo social, frequentemente ensinada nas escolas brasileiras de Direito, de que o Darwinismo social e o racismo cientIfico formavam a espinha dorsal de uma anAlise apropriada do desenvolvimento cultural e econOmico brasileiro" (p. 22).

A chegada dos judeus ao Brasil coincidiu com um perIodo de intenso dinamismo de sua economia e de grande mobilidade de sua sociedade. O paIs se industrializava, ao mesmo tempo em que sua populaCAo se urbanizava rapidamente. Os judeus aproveitaram com grande apetite as oportunidades abertas por esse dinamismo e, principalmente, pelo acesso a educaCAo que lhes fora tradicionalmente negado na Europa do leste. A combinaCAo desses dois fatores deu enorme proeminEnCIA A comunidade.

Mas atraiu tambEm a atenCAo de quem procurava um bode expiatOrio para os problemas do Brasil. Como aponta Lesser, as mesmas razOes que atraIram os imigrantes judeus para o Brasil--o dinamismo de sua economia--foram responsAveis pela sua transformaCAo em bode expiatOrio. AlEm do desenvolvimento econOmico, o paIs experimentara um grande crescimento demogrAfico, e parte dele era devido A imigraCAo. Os imigrantes representavam quase 10% da forCa de trabalho masculina e muitos haviam se tornado razoavelmente bem-sucedidos, em parte porque eram mais bem instruIdos do que os brasileiros nativos. A retOrica antiimigratOria continha um fator de poderosa atraCAo sobre o eleitorado urbano, o que nAo passou despercebido para muitos polIticos oportunistas.

"A imigraCAo desempenhou um importante papel no desenvolvimento de novos conflitos sociais em SAo Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, nAo por acaso as Areas onde se concentravam os imigrantes judeus. A medida que os nativos descobriam que suas expectativas de sucesso nAo eram atendidas, polIticos estaduais e federais logo percebiam que a retOrica antiimigratOria continha um fator de poderosa atraCAo para muitos eleitores urbanos. Na dEcada de 20, os nativistas cada vez mais voltavam sua atenCAo para ataques aos judeus, utilizando com frequEnCIA a linguagem de influEnCIA eugEnica do anti-semitismo da Europa central e ocidental. O fato de que a maioria dos imigrantes judeus vinha do Leste europeu pOs-RevoluCAo Russa servia para que os principais intelectuais e polIticos brasileiros confirmassem seus preconceitos de que todos os judeus eram comunistas e exploradores econOmicos. A imprensa, os formuladores polIticos e os acadEmicos discutiam *O Problema Judaico* mais do que seria esperado, dado o tamanho relativamente modesto da comunidade" (p. 66).

Ataques aos judeus partiam de diversos segmentos da sociedade, acadEmicos, imprensa, militares e polIticos. A fascinaCAo e ao mesmo tempo

a aversão provocada pelos judeus devia-se, em parte, à visibilidade do grupo, resultante da sua concentração espacial em bairros específicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, bem como da sua concentração ocupacional, principalmente enquanto mascates e comerciantes de tecidos, atividades nas quais haviam obtido grande sucesso. "Seu enriquecimento crescente fez aflorar o racismo e anti-semitismo latentes na sociedade que os rodeava," escreve Lesser. "No espaço de uma década, os judeus encontraram-se impedidos de entrar no Brasil" (p. 67).

A Revolução de 1930 e o início da Era Vargas seria o divisor de águas para essa mudança. Após 1930, o governo e seus partidários passaram a usar o debate sobre imigração para expressar posições nativistas e nacionalistas. Passaram-se apenas alguns poucos anos antes que os ataques aos estrangeiros fossem transformados em políticas que se baseavam na ideia crescentemente disseminada de que a imigração estrangeira era uma das causas do desemprego, da desordem econômica e da insegurança social.

Foi em meio a esta atmosfera altamente carregada, escreve Lesser, que os políticos brasileiros alteraram de forma impressionante, entre 1930 e 1935, o seu discurso sobre a imigração e os imigrantes. O nacionalismo viria transformar antigas ideias sobre o "branqueamento" do Brasil em políticas federais voltadas para o "abrasileiramento." Isso acabaria por conduzir a um movimento anti-estrangeiros plenamente desenvolvido entre muitos funcionários federais e estaduais. No início, contudo, os movimentos nativistas escolhiam como alvo apenas os grupos que, apesar de não haverem sido proibidos de entrar no Brasil, não se adequavam aos ideais "europeus." Considerando-se que a Europa não era vista como espaço geográfico, mas sobretudo, como uma construção social que incluía concepções de cor e religião, os vários judeus que entravam no Brasil vindos da Europa eram considerados como um grupo "não-europeu."

O crescimento da imigração judaica, por outro lado, favorecia a exacerbação do sentimento anti-judaico, por parte de políticos desejosos de mostrar suas credenciais nativistas para uma potencial clientela urbana. A mudança mais significativa no discurso relativo aos imigrantes judeus foi a transformação da religião em uma categoria racial e o uso de novas formas de linguagem para relacionar um sentimento antiimigrante amorfo em ideias anti-judaicas explícitas.

Com sua presença já estabelecida no Brasil, os judeus, ao lado dos japoneses, tornaram-se o principal alvo dos nativistas. Os japoneses, contudo, possuíam defensores: os fazendeiros, que se interessavam pela sua presumida vocação agrícola, e o governo federal, que percebia o crescente poderio militar do Japão. Judeus, por sua vez, eram um alvo relativamente fácil para o sentimento xenofobo. Ao mesmo tempo, estes compunham um percentual crescente do fluxo migratório que vinha da Europa.

Apenas alguns meses após a tomada de poder pelo governo provisório chefiado por Getúlio, uma legislação totalmente nova, de caráter restritivo, foi adotada. Seu objetivo era controlar a entrada de passageiros de terceira classe, que passavam a ser considerados imigrantes, independente dos reais motivos de viagem. Os imigrantes pobres eram considerados indesejáveis. As novas exigências tiveram, a princípio, o efeito esperado: a imigração judaica foi reduzida em quase 45% e a imigração em geral mais ainda. Porém, a imigração judaica, apesar das crescentes queixas por parte de representantes brasileiros no exterior, jamais declinou tanto como a imigração geral, chegando a recuperar-se e a atingir um nível ainda maior. Em outras palavras, enquanto a imigração geral entre 1931 e 1945 jamais chegou a marca atingida em 1930, a imigração judaica frequentemente beirou, e ocasionalmente superou, seu índice de 1930, compondo um percentual crescentemente alto de toda a imigração para o Brasil.

Dadas as barreiras, por que a entrada de judeus teria crescido tanto após 1932?, pergunta Lesser. As razões disso estariam no desempenho de instituições comunitárias, que utilizariam sua rede de contatos e conhecimentos na burocracia brasileira para encontrar brechas no sistema, e para explorar eficazmente algumas das exceções da legislação.

Um dos setores do governo onde o anti-semitismo se manifestou de maneira mais vigorosa foi entre o corpo diplomático. A crescente imigração de judeus para o Brasil, apesar da legislação restritiva, deu origem a um intenso debate entre altos funcionários do Itamaraty, a chancelaria brasileira. Embaixadores em países com grande população judaica enviaram comentários periódicos sobre a conveniência ou não de serem admitidos imigrantes provenientes desse grupo ao longo das décadas de 1930 e 40. "Esses altos diplomatas desempenhavam um papel-chave no debate sobre a imigração judaica, que encaravam basicamente como uma questão social. Alegavam que os imigrantes judeus iriam levar o Brasil à ruína racial, cultural e política e a correspondência enviada por funcionários do serviço estrangeiro geralmente retratava cada imigrante judeu como um subversivo em potencial" (p. 107).

As discussões sobre a questão da imigração internacional, particularmente a de judeus, ganhou ímpeto com a ascensão do nazismo na Alemanha, e manifestaram-se com força durante os debates que precederam a promulgação da Constituição de 1934. Alguns sugeriam que as políticas restritivas deveriam ter força de lei constitucional.

"Os deputados constituintes do Brasil esperavam modelar sua nova política de imigração a partir da Lei das Origens Nacionais dos Estados Unidos, documento que 'deixou a convicção em diversos setores (dos Estados Unidos) de que o principal objetivo...era de manter longe os judeus'" (p. 120). Apesar das restrições, a imigração judaica continuava aumentando. As razões para

isso eram a rede de ajuda construída pelos judeus já estabelecidos no país, além da pressão internacional, sobretudo dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, para que o Brasil aceitasse em seu território refugiados judeus fugidos do nazismo. A confusão da legislação, que procurava restringir a entrada de judeus sem, porém, jamais explicitar seu objetivo, utilizando para isso subterfúgios, também ajudava a abrir brechas. Dessa forma, em 1936, os judeus já formavam 26% do total de imigrantes entrando no país.

"Por volta de 1935, a 'Questão Judaica' havia se transformado no 'Problema Judaico'. Para a elite intelectual cada vez mais perturbada pelo fantasma do internacionalismo de influência marxista, o anti-semitismo se confundia com xenofobia. A medida que o movimento comunista brasileiro atingia seu auge em meados da década de 30, políticos e intelectuais ressaltavam os supostos laços entre judeus e comunistas" (p. 159).

O fortalecimento do anti-semitismo entre a burocracia e formuladores de decisões políticas, no entanto, colidia com duas questões: primeiro, em meados da década de 30 os judeus cada vez mais procuravam escapar da Europa, e as organizações de ajuda procuravam qualquer destino capaz de garantir a sobrevivência dos refugiados; segundo, as pressões americanas e inglesas para que a Questão Judaica fosse tratada com mais leniência. O sentimento anti-judaico, porém, predominava na elaboração de políticas migratórias.

"Em janeiro de 1937, os 'israelitas' começaram a ser incluídos nas estatísticas de entrada e saída do Estado de São Paulo, sendo substituídas as antigas categorias 'católico' e 'não-católico'. Em 7 de junho de 1937, cinco meses antes do golpe que estabeleceu o Estado Novo, o Ministério das Relações Exteriores emitiu a Circular Secreta 1.127, que fora pessoalmente autorizada por Getúlio Vargas. Essa circular proibia concessão de vistos para pessoas de 'origem semítica', causando assim uma queda de 75% na imigração judaica

durante o ano seguinte. A rigorosa aplicaCAo das poucas clAusulas que permitiam a entrada de judeus fez seu nUmero diminuir ainda mais. NAo deviam ser negados vistos, por exemplo, a 'semitas que jA residiam no paIs, que sejam casados com brasileiros, possuam filhos brasileiros ou imOveis no Brasil'. Contudo, um memorando de esclarecimento concedia status de residente apenas Aqueles que houvessem vivido no Brasil por pelo menos cinco anos. Os que fossem casados com brasileiros ou tivessem filhos brasileiros, mas nAo possuIssem terras ou bens imOveis, recebiam vistos apenas em casos excepcionais. Alguns vistos podiam ser concedidos, por meio de permissAo especial, a 'conhecidas figuras culturais, politicas ou sociais judaicas', artistas judeus contratados para se apresentar no Brasil e turistas judeus visitando o Brasil em cruzeiros ou pacotes turIsticos. Apesar destas poucas brechas, os oficiais de imigraCAo constantemente mandavam embora turistas e empresArios judeus, sem medo de serem repreendidos" (p. 170).

Frequentemente a burocracia interpretava por conta prOpria as ambiguidades da lei. Assim, ao escritor judeu alemAo Stefen Zweig foi concedido um visto, enquanto ao antropologo judeu francEs LEvi-Strauss foi negado. A circular secreta apareceu num momento particularmente dramAtico, pois entrou em vigor exatamente quando a emigraCAo de Areas da Europa ocupadas pelos nazistas atingiu seu auge. O fluxo potencial de refugiados forneceu um argumento poderoso para aqueles que temiam, como JoAo Carlos Muniz, diretor do Conselho de ImigraCAo e ColonizaCAo, uma "corrente volumosa de imigraCAo judaica que ameaCava atingir enormes proporCOes." Os diplomatas anti-semitas, que nAo eram poucos, sobretudo nas representaCOes de paises da Europa Oriental, tinham agora um mecanismo legal para impedir que uma leva de imigrantes indesejAveis entrasse no Brasil.

"O advento do Estado Novo deixou os judeus no Brasil em posiCAo precAria....Rotulado pelos

grupos judaicos como um 'notOrio integralista e fascista', [o ministro da justiCa Francisco Campos] ordenou que todas as solicitaCOes de visto fossem acompanhadas por uma certidAo de batismo...Ele tambEm ordenou que vistos temporArios de trEs meses, anteriormente prorrogAveis por um segundo perIodo de trEs meses, nAo poderiam mais ser renovados. Esta simples mudanCa fez aumentar o nUmero de judeus que se tornaram imigrantes ilegais em 1 de janeiro de 1938. Dos 4.400 judeus alemAes que haviam entrado com vistos de turista entre 1933 e 1937, dois mil iriam encontrar-se em situaCAo ilegal no Brasil em 1938. Por volta de meados de novembro de 1937, entre seiscientos e mil e cem judeus alemAes, talvez entre 10 a 15% dos que viviam no Brasil, haviam recebido notificaCOes de que seriam deportados em 15 de dezembro.

A notIcia sobre as deportaCOes planejadas causou grande preocupaCAo entre os grupos judaicos e o governo norte-americano, tendo ambos percebido que os judeus expulsos seriam provavelmente capturados pelas autoridades alemAs e colocados em campos de concentraCAo.

As pressOes americanas foram severas, e GetUlio recuou. Na verdade, GetUlio percebeu que poderia manipular a questAo judaica de forma a obter a boa vontade das potEncias aliadas. Neste momento, os judeus passaram de imigrantes indesejAveis a peOes no tabuleiro de influEncias politicas, espertamente manipulado pelo chefe do Estado Novo. Ao fim, vistos de trEs meses foram prorrogados por mais um perIodo, e em maio de 1938 todas as ordens de deportaCAo anuladas. A polEmica, no entanto, prosseguia.

"O debate sobre refugiados ecoava pelos mais altos escalOes do governo Vargas, especialmente apOs o estabelecimento do Conselho de ImigraCAo e ColonizaCAo, em maio de 1938, para supervisionar a colonizaCAo e a entrada de imigrantes. Em seu primeiro pronunciamento oficial, o diretor do conselho, JoAo Carlos Muniz, declarou que 'o problema semItico irA assumir uma posiCAo es-

pecialmente decisiva'. A linguagem de Muniz na declaraCAo de trEs pAginas E reveladora. Dois grupos estavam 'ameaCados', segundo o diretor do CIC: os judeus (pelos nazistas) e o Brasil (pela 'raCa de Israel', que 'ameaCava entrar em volumosas proporCOes'). Alegando de forma errOnea que duzentos mil judeus haviam chegado entre 1934 e 1937, Muniz declarou que 'o Brasil nAo deveria abrir suas portas para a imigraCAo judaica', embora ao mesmo tempo afirmasse que uma restriCAo absoluta nAo era aceitAvel por motivos tanto econOmicos quanto humanitArios" (p. 194).

A pressAo internacional para que o Brasil aceitasse refugiados judeus fugidos do nazismo, a eclosAo da Segunda Guerra Mundial, e lentas mas importantes mudanCas na forma com que judeus Europeus eram vistos pelos altos escalOes da burocracia governamental, comeCaram a alterar a situaCAo a partir de 1939. Mais de quatro mil judeus entraram no paIs naquele ano, o maior nUmero registrado desde 1929. Os estereOtijos tradicionais sobre esse grupo, como estando interessados apenas em se estabelecer em Areas urbanas, jamais na terra; como voltados para as finanCas e poderosos em Ambito internacional, passaram a ser indicadores de sua utilidade para o desenvolvimento econOmico de um Brasil em transiCAo de uma estrutura agrAria e tradicional para outra urbana e moderna.

Intelectuais, cientistas, profissionais e empresArios judeus que abandonavam a Europa passaram a ser vistos, por alguns setores da sociedade, como de interesse para o paIs. Um exemplo notAvel, que resume com perfeiCAo as ambiguidades da relaCAo entre o Brasil da Epoca e os judeus, E o de Giorgio Mortara, judeu italiano que veio para o paIs, fugido do fascismo, e que E considerado por muitos como um dos pioneiros da Demografia brasileira. Mortara era editor do conceituado *Giornale degli Economisti e Rivista de Statistica* e foi afastado de seus cargos, como todos seus amigos judeus, em 1938. Em seguida foi, convidado a vir ao Brasil pelo diretor do IBGE, JosE Carlos Ma-

cedo Soares. Assim que chegou, no inCio de 1939, Mortara foi nomeado coordenador do censo de 1940.

A discussAo, que atE entAo assumira um tom hegemonicamente anti-semita, comeCava a se polarizar, com opiniOes que encaravam a entrada de refugiados como potencialmente positiva para o desenvolvimento da naCAo, tanto em termos econOmicos, como cientIficos e culturais. Os anti-judeus, por sua vez, concentravam suas baterias sobre um nUmero presumivelmente alto de refugiados que teriam entrado ilegalmente no paIs. Embora as estimativas colocassem o nUmero destes na casa dos dois mil, muitos repetiam nUmeros incrivelmente mais altos.

"Vaz de Mello, diretor do ServiCo de Passaportes, declarou que, entre 1934 e 1937, quarenta mil judeus haviam entrado como turistas no Brasil e permanecido, e que outros quarenta mil haviam atravessado clandestinamente as fronteiras com o Uruguai, Paraguai e Argentina. A PolIcia do Distrito Federal queixou-se acerca de um 'aumento visivel no nUmero de judeus europeus [no Rio]...,sendo da opiniAo que uma considerAvel parcela desses judeus entrou ilegalmente no Brasil'. Os supostos aumentos eram explicados pelas denUncias de que funcionArios do serviCo pUblico no mundo todo estavam vendendo vistos brasileiros, e em resposta, foi proposta para Vargas a criaCAo de uma DivisAo de ImigraCAo Judaica" (p. 231).

A maioria dos refugiados judeus entao entrando no Brasil haviam, segundo Lesser, chegado com documentaCAo legal, resultado do significativo aumento do nUmero de vistos concedidos pelo Itamaraty. Mesmo assim, Vargas recebeu ao longo de 1940 reclamaCOes constantes de que os refugiados estavam "aumentando a jA enorme populaCAo judaica." Se esse temor jA era exagerado antes de 1939, o foi ainda mais depois da eclosAo da guerra. A reduCAo da emigraCAo judaica e da entrada geral de imigrantes na AmErica depois de 1940 fez parte de um processo mundial.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, Argentina e Palestina, 1939 representou o auge da entrada de judeus; a partir daí, os números foram declinando até o final de 1944. As reduções foram consequência de uma combinação de fatores: a crescente dificuldade que qualquer um encontrava para deixar a Europa; a expansão do controle nazista sobre a Europa do Leste e a concomitante impossibilidade dos judeus de fugir; enfim, a falta generalizada de interesse por parte da maioria das potências não pertencentes ao Eixo, inclusive dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá, em tornar prioritária a salvação dos refugiados.

No Brasil, as razões de ordem geral da diminuição da entrada de judeus foram reforçadas por uma série de medidas internas. A expansão registrada em 1939 incitou uma enxurrada de novos decretos promulgados entre 1940 e 1942, que explicavam como as regras imigratórias gerais deveriam ser aplicadas no caso dos judeus.

Apesar das restrições à imigração judaica, o Brasil adotava uma postura relativamente liberal com os refugiados já residentes. A vigorosa retórica anti-semita era dirigida, prioritariamente, aos que estavam fora e queriam entrar no país. Em relação aos residentes, porém, muitas vezes as determinações restritivas deixavam de ser cumpridas, ou eram discretamente alteradas. Em 1939 Vargas ordenou que todos os residentes sem documentação e os que houvessem entrado depois de 1 de janeiro, "fossem multados e deportados ou prestassem serviços em campos de trabalho agrícola." Nada disso, porém, aconteceu, e um alto funcionário do governo brasileiro teve de explicar a um atemorizado embaixador americano "que os judeus seriam deixados em paz."

"Os refugiados não apenas permaneciam no Brasil, mas com frequência encontravam emprego, muitas vezes trabalhando ilegalmente a despeito do conhecimento do governo quanto a esta atividade. Queixas sobre empregados ilegais, muitas vezes contratados por empresas entusiasma-

das por terem administradores e técnicos experientes em troca dos baixos salários oferecidos aos refugiados, eram raramente levadas adiante, pois os refugiados judeus desempenhavam um papel cada vez mais importante no desenvolvimento da economia" (p. 248).

Em janeiro de 1942, Vargas rompeu relações com os países do Eixo. Em agosto, o Brasil entrou na guerra, ao lado dos aliados. Isso permitiu uma mudança acentuada na forma como os judeus eram vistos. O antagonismo arrefecia, ao mesmo tempo que o novo alinhamento no cenário internacional obrigava Vargas a promover reformas na sua estrutura de sustentação política. Importantes ideólogos do autoritarismo nacionalista, como Francisco Campos e Filinto Müller, foram apeados do poder, diminuindo portanto a ênfase dada à política sobre a conveniência ou não da entrada de judeus no país.

Como consequência, a discussão teve seus tons matizados, com uma nova e crescente tendência no sentido de considerar a presença de judeus no melting-pot nacional como benéfica, sobretudo do ponto de vista econômico, convivendo com as posições anti-judaicas que começavam a enfraquecer.

Embora a população judaica tenha crescido de forma acentuada nas primeiras décadas do século, alcançando a cifra de 55.663 indivíduos em 1940, a proporção deste fluxo migratório jamais alcançou as proporções astronômicas alardeadas por certos segmentos da sociedade, que procuravam manipular em causa própria os exagerados temores em relação a uma pretensa invasão de judeus refugiados, fugidos da Europa sob ocupação nazista.

Lesser assim explica as razões desses temores: "A imigração judaica tornou-se foco de atenção entre os intelectuais brasileiros e membros do governo nas décadas de 20 e 30, em parte devido ao que Daphne Patai denominou 'visibilidade excedente'. Os imigrantes vindos do Leste europeu não apenas expandiram a população judaica

do Brasil, de aproximadamente quinze mil, em 1920, para cerca de cinco vezes esse número apenas duas décadas mais tarde, mas muitos imigrantes e refugiados judeus também galgaram com sucesso os degraus da ascensão econômica nas cidades brasileiras. Na academia, nos escritórios de editoras e nos saguões governamentais, queixas ecoavam: os judeus eram tanto capitalistas gananciosos como comunistas demoníacos; judeus viviam em cidades e nunca poderiam ser lavradores; judeus eram criminosos; além disso, os judeus eram bem-sucedidos demais. Para os judeus (e muitos outros imigrantes), o Brasil era 'o país do futuro'; mas para muitos brasileiros influentes, os judeus eram imaginados como sendo o menos desejável de todos os grupos imigrantes" (p. 29).

"Os judeus, a despeito de serem considerados indesejáveis, eram frequentemente bem-recebidos no Brasil. As ideias vagas que líderes políticos e intelectuais brasileiros tinham sobre os judeus e a manipulação dessas concepções com a finalidade de salvar as vidas de refugiados explicam por que leis restritivas foram promulgadas na década de 30, apesar do desejo de acolher imigrantes, e por que a imigração judaica continuou a despeito das restrições em contrário." (p. 48).

A seguir, os judeus aqui instalados iriam desfrutar os benefícios de uma pretensa democracia racial, onde todos são considerados iguais. Por via das dúvidas, porém, eles resolveram se prevenir. Afinal, fora na Alemanha, onde os judeus eram mais assimilados do que em qualquer outro país da Europa, que nasceu a besta fera do Nazismo. Traumatizados pela história mais de uma vez, os judeus jamais poderiam acreditar em qualquer nova promessa de "igualdade." Talvez seja esta uma das razões que fazem com que este grupo tenha alguns traços distintos de todos os demais que compõem o melting pot brasileiro. Mas esta já é uma outra história.

Notes

[1] Uma excelente análise do tema está em Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças--cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994).

[2] Outro trabalho que vale a pena ser citado é o de Avraham Milgram, *Os Judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não-arianos da Alemanha no Brasil* (São Paulo: Imago, 1994).

If there is additional discussion of this review, you may access it through the network, at <https://networks.h-net.org/h-latam>

Citation: Rene Decol. Review of Lesser, Jeff. *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question*. H-LatAm, H-Net Reviews. July, 1996.

URL: <https://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=508>



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-Noncommercial-No Derivative Works 3.0 United States License.